

Economia - Brasil **Ah! se o governo começasse a omitir-se!**

O presidente José Sarney, no seu discurso de saudação aos empresários eleitos líderes dos seus respectivos setores, na conhecida promoção da revista **Balanco Anual**, da **Gazeta Mercantil**, exortou as classes produtoras brasileiras a retomar seus investimentos com entusiasmo e fé:

"Esta é a hora dos investimentos. Investimento é confiança. De nossa parte podemos assegurar que cumprimos com o nosso dever. O pecado da omissão este governo não terá. Quando for necessário tomar uma decisão que seja do interesse da Nação, nada nos fará recuar".

Sem querer desmerecer tão estimulantes e firmes palavras, seja-nos permitido observar e ponderar a s. exa. que nos últimos tempos tudo aquilo que ao governo tem parecido como do interesse da Nação, aos olhos dos empresários tem surgido como contrário aos seus próprios interesses, e que, sem dúvida, essa diferença de pontos de vista cria inibições e obstáculos mesmo para o mais entusiasmado investidor. E como, de fato, nada tem feito o governo recuar quando ele supõe estar decidindo no interesse da Nação, nem os mais racionais e sólidos argumentos que procuram demonstrar que talvez o interesse da Nação esteja em outra parte, a frase do presidente acaba assumindo tom um pouco ominoso.

Por outro lado, não cremos que nos meios empresariais alguém esteja acusando o governo pelo pecado da omissão. Temos, de resto, a sensação de que os investimentos não se ampliam e não se aceleram exatamente pelo temor de que o governo não se omita. Ocorre-nos que os investimentos privados talvez se dinamizassem na proporção direta da omissão governamental. Sim, pois o pecado tem sido exatamente o oposto: excesso de intromissão e de interferência no mercado privado.

O mercado de ações acaba de ser vítima, mais uma vez, da obsessão governamental de não se omitir. O mais importante e valioso instrumento de fortalecimento da empresa privada e viabilização dos investimentos de médio e longo prazo, como quer o presidente, acaba de ser virtualmente arrasado por atos e palavras das autoridades, um fato tão absurdo e injustificável do ponto de vista da própria política econômica que a oratória oficial proclama desejável, que a única explicação plausível é que as famosas necessidades imediatas e imperativas de caixa de governo mais uma vez forçaram o desmonte do mercado acionário para que o dinheiro reflua para os títulos públicos. O que qualquer pessoa pode testemunhar é que o mercado de ações ia bem e oferecia promissoras perspectivas para o fortalecimento das empresas privadas, até o momento em que o governo começou a interferir.

O empresário Antônio Ermírio de Moraes, que recebeu pela oitava vez consecutiva o prêmio de primeiro dos dez mais votados líderes empresariais brasileiros, antes da fala do presidente Sarney havia observado muito judiciosamente que a expansão da capacidade produtiva "difícilmente poderá ser sustentada apenas pelas margens de lucro, que se contraíram, ou por financiamentos cujos juros tendem a subir". E acrescentava: "Os novos investimentos exigem financiamentos viáveis, precisamos de juros compatíveis com as necessidades de crescer".

Embora tenha falado antes do chefe da Nação, essas palavras de Antônio Ermírio contêm uma resposta à exortação do presidente. Como é possível planejar investimentos com lucratividade declinante em regime de congelamento de preços e aumento de custos? Como é possível levantar recursos para investir produtivamente com taxas de juros em alta? E ao lembrar que não se pode trabalhar com taxas de juros de 40%, para uma inflação estimada de 15%, Antônio Ermírio ainda se esquece de mencionar que aqueles juros embutem um imposto de 35%, que torna o governo sócio majoritário dos financiamentos feitos à iniciativa privada, pois, na verdade, o aplicador de recursos, o financiador original, acaba recebendo um rendimento líquido de menos de 1,8% ao mês, e um rendimento real, descontada a inflação, menor do que 0,5% — se tanto. Em outras palavras, os financiamentos têm custo escorchantemente para os tomadores e rendimento insuficiente para os aplicadores. E o que explica esse paradoxo? É que no meio, entre uma e outra ponta do processo, está a mão do fisco (que jamais se omite!).

A propósito, aliás, foi o próprio ministro da Fazenda que anunciou duas semanas atrás uma política de elevação dos juros como forma de conter a demanda, que passou a ser executada imediatamente. E era ele também quem ainda ontem convocava os banqueiros a Brasília para "puxões de orelhas" porque os juros subiram demais. Durma-se com um barulho desses, diziam nossos avós quando ficavam aturdidos. Invista-se numa confusão dessas, dizemos nós ao presidente. (Só louco, dirla o Dorival Caymi.)

O presidente da seção paulista do Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros, Renato Frascino, sem ter ido a Brasília e sem estar evidentemente se dirigindo ao presidente, observava aqui em São Paulo anteontem, segundo os jornais, que "a alta dos juros parece transitória", e naturalmente torcendo para que seja. E o diretor financeiro de uma empresa privada (a Suzano), Adhemar Magon, ponderava que "para investir a longo prazo é necessário segurança com as regras, de forma que o retorno desse investimento seja garantido. Neste momento, contudo, não são apenas os juros que sobem. Os custos também estão distorcidos, inclusive porque muitas empresas precisam responder à pressão salarial".

Os executivos financeiros do Ibef acreditam, como qualquer pessoa ajuizada, que a disposição de investir depende de respostas a algumas indagações essenciais, por exemplo: como o governo pretende administrar seu déficit? Qual será afinal a política de juros e o novo perfil do sistema financeiro? Quais as melhores alternativas de capitalização para as empresas? Quando o governo vai começar a omitir-se? Quando vai parar de encher quem trabalha e produz?

O presidente Sarney, no entanto, parece acreditar que a disposição de investir só depende da vontade pessoal do empresário e da sua disposição de colaborar. Essa é a regra nos empreendimentos do próprio governo. Nas empresas privadas o assunto tem de ser decidido de maneira objetiva, e não subjetiva.